

Transição para a vida adulta em distintos contextos de desenvolvimento: Brasil e Espanha em perspectiva*

Joice Melo Vieira*

Palavras-chave:

Resumo

A transição para a vida adulta pode ser descrita como o processo de passagem da infância para o estado adulto. A duração deste período – se curto ou longo – o significado e os marcos transicionais podem ser variados. Porém, ainda que existam importantes variações culturais e sócio-econômicas que influenciam diretamente o calendário e as condições em que se realiza a transição para a vida adulta, um dado universal é que consiste em um câmbio de status social. Em toda parte, em algum momento o indivíduo deixa de ser caracterizado pela dependência e necessidade de suporte e apoio – próprios da condição infanto-juvenil – para ascender a uma nova condição de indivíduo emancipado e autônomo, absorvido e adaptado ao sistema de produção e reprodução social. Mudanças de status como aquela de estudante a trabalhador, de membro dependente de um domicílio a chefe de domicílio, de solteiro à pessoa em união, de filho (a) a pai ou mãe, são eventos que implicam assumir novos papéis e responsabilidades e, por isso, são costumeiramente tomadas como indicativo de entrada na vida adulta.

O objetivo deste trabalho é buscar especificidades da transição para a vida adulta em um país em desenvolvimento como o Brasil pelo contraste com um país desenvolvido, no caso, a Espanha.

Utilizamos neste estudo dados censitários brasileiros (1980 e 2000) e espanhóis (1981 e 2001) disponibilizados pela Integrated Public Use Microdata Series-International (IPUMS), concebido e administrado pelo Minnesota Population Center da Universidade de Minnesota. A metodologia empregada foi a de análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

* Núcleo de Estudos de População (NEPO), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, Brasil. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: jmvieira@nepo.unicamp.br

Transição para a vida adulta em distintos contextos de desenvolvimento: Brasil e Espanha em perspectiva*

Joice Melo Vieira*

Introdução

A transição para a vida adulta pode ser descrita como o processo de passagem da infância para o estado adulto. A duração deste período – se curto ou longo – o significado e os marcos transicionais podem ser variados (Arnett e Taber, 1993). Porém, ainda que existam importantes variações culturais e sócio-econômicas que influenciam diretamente no calendário e nas condições em que se realiza a transição para a vida adulta, um dado universal é que consiste em um câmbio de status social. Em toda parte, em algum momento o indivíduo deixa de ser caracterizado pela dependência e necessidade de suporte e apoio – próprios da condição infante-juvenil – para ascender a uma nova condição de indivíduo emancipado e autônomo, absorvido e adaptado ao sistema de produção e reprodução social.

Para Garrido e Requena (1996), o que chamamos de juventude poderia ser entendida como um processo de transição à vida adulta, uma espécie de “segundo nascimento”, onde cada qual precisa definir, adquirir e consolidar posições e papéis sociais por si mesmo.

Mudanças de status como aquela de estudante a trabalhador, de membro dependente de um domicílio a chefe de domicílio, de solteiro à pessoa em união, de filho (a) a pai ou mãe, são eventos que implicam assumir novos papéis e responsabilidades e, por isso, são costumeiramente tomadas como indicativo de entrada na vida adulta.

Já entre os anos 1970 e 1990, tanto a Demografia da Família, ou dos Grupos Domésticos, quanto a Sociologia norte-americana desenvolveram estudos empíricos e teóricos que consideram as características, os determinantes e os aspectos estruturais da transição para a vida adulta (Model & Furstenberg, 1976; Goldscheider & Da Vanzo, 1985, 1989; Hogan, 1986; Avey, Goldscheider & Speare Jr., 1992; Hogan, Eggebeen & Clogg, 1993; Harris, Furstenberg & Marmer, 1998).

Os primeiros estudos europeus a abordarem a transição para a vida adulta tratavam mais especificamente da crise do mercado de trabalho dos anos 1970. Desde então, há duas perspectivas de análise sobre essa temática: uma mais restrita ocupa-se exclusivamente do trânsito da escola para o trabalho; já a perspectiva ampla, considera todo o *processo de emancipação* do jovem. Para esta última, a transição para a vida adulta seria “um processo complexo que envolve a formação escolar, a inserção profissional e familiar, articulando um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que interferem nas vidas das pessoas desde a puberdade e conduzem à aquisição de posições sociais” (Casal, 1996: 124).

Nos países desenvolvidos, o debate centra-se na questão do adiamento do calendário da transição para a vida adulta, na heterogeneidade das trajetórias de transição, na padronização *versus* despadronização e na institucionalização *versus* desinstitucionalização do curso de vida em geral e das transições em particular.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

* Núcleo de Estudos de População (NEPO), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), São Paulo, Brasil. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: jmvieira@nepo.unicamp.br

No Brasil, ainda que a produção acadêmica sobre juventude seja rica e numerosa, a abordagem sócio-demográfica da transição para a vida adulta é recente e tem privilegiado o debate sobre o prolongamento da juventude (Camarano et. al., 2003; Arruda, 2004; Mello, 2005; Camarano, 2006).

Na verdade, o debate em torno da transição para a vida adulta se insere em uma discussão mais ampla sobre o que tem se passado com o curso de vida, se a tendência é haver maior ou menor padrozinização, institucionalização e/ou individualização, e quais implicações derivam deste cenário.

A *institucionalização* do curso da vida (Brückner e Mayer, 2005) diz respeito às regras que orientam a estruturação do curso da vida. Trata-se, sobretudo, de marcos legais ou normativos. A legislação é sem dúvida o instrumento mais claro da institucionalização, quando estabelece uma faixa etária de escolaridade obrigatória, idades mínimas para o trabalho e a aposentadoria e também para o casamento. Dizer que o curso da vida está mais institucionalizado é reconhecer a influência ou mesmo a força de instituições, especialmente do Estado através da aplicação de legislações nacionais, nas trajetórias e transições dos indivíduos de uma população, fazendo-os se enquadrarem a certa forma de estruturar o curso da vida. Por exemplo, crianças apenas estudam, adultos trabalham e idosos retiram-se da vida produtiva. A *desinstitucionalização* representa o retrocesso dessa presença legalista e normativa no curso da vida, como exemplo, poder-se-ia citar o aumento da informalidade nas uniões conjugais.

Segundo Brückner e Mayer (2005:32), “a padronização do curso da vida se refere a processos nos quais certos estados ou eventos específicos e a seqüência em que eles ocorrem torna-se mais universal para uma dada população ou que seu *timing* torna-se mais uniforme”. Afirmar que o curso da vida é padronizado significa que na realidade há uma alta prevalência de determinados eventos que ocorrem em um mesmo *timing* e dentro de uma mesma seqüência para praticamente todos os indivíduos. A despadronização dá conta justamente do fenômeno inverso, ou seja, da descompressão temporal dos eventos, quando se tornam mais dispersos e se sucedem sem que se possa identificar uma ordem recorrente.

Fatores como a universalização do acesso ao sistema escolar, a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a coexistência de uma pluralidade de formas de família contribuem para flexibilizar o curso da vida, marcadamente das novas gerações, pois se diversificam os caminhos possíveis de serem trilhados.

Por outro lado, argumenta-se que o curso de vida estruturado, ou seja, caracterizado por um conjunto normativo de etapas ordenadas em um contínuo agora pode estar dividindo espaço com “conformações novas e potencialmente problemáticas” (Macmillan, 2005: 4). Na prática essa nova realidade se expressaria através da descompressão temporal dos marcos da vida adulta (afastamento entre eventos no tempo, por exemplo, entre a idade ao sair da casa dos pais e contrair matrimônio); aumento da reversibilidade e instabilidade dos papéis sociais (retorno à casa paterna); aumento da sobreposição dos papéis sociais (estudar e trabalhar, por exemplo); e por fim, a desarticulação entre os diferentes papéis sociais (tensões entre vida familiar e profissional).

Objetivo

O objetivo deste trabalho é buscar especificidades da transição para a vida adulta em um país em desenvolvimento como o Brasil pelo contraste com um país desenvolvido, no caso, a Espanha.

Os dois países experimentaram intensas transformações nas duas últimas décadas. Guardadas as proporções e níveis distintos, nos dois países os jovens hoje apresentam um

nível educacional mais alto que as gerações mais velhas e há mais liberdade no interior das famílias.

Como em quase toda parte, o desemprego juvenil é mais elevado, seja no Brasil ou na Espanha. A bibliografia especializada espanhola aponta que somado ao desemprego, os altos custos dos aluguéis e das propriedades bem como a sensação constante de instabilidade dificultam a conquista de autonomia completa e de emancipação domiciliar (Rodríguez, 1994; Garrido e Requena, 1996; Miret, 2002). A estratégia utilizada por muitos jovens consiste em se manter na condição de estudante, vivendo na casa dos pais e retardando a formação de um novo núcleo familiar. Esses obstáculos à emancipação e à formação de novas famílias é um dos elementos que favorece a diminuição da fecundidade na Espanha, país que registra uma das taxas de fecundidade mais baixas da Europa.

Ainda que no Brasil a fecundidade atual esteja em torno do nível de reposição populacional ou mesmo abaixo dele, a fecundidade brasileira segue sendo predominantemente jovem. Apesar de a bibliografia nacional apontar mudanças importantes no calendário da transição para a vida adulta, essas mudanças podem ter uma amplitude relativa quando comparadas a outras realidades. Ou seja, se existe de fato um prolongamento da juventude no Brasil, ele ainda pode ser relativamente pequeno quando comparado ao que se observa em países desenvolvidos.

Outra questão importante diz respeito a quão heterogêneas são as trajetórias e possibilidades abertas aos jovens que fazem a transição para a vida adulta no final do século XX e início do século XXI, quando comparadas às possibilidades factíveis aos indivíduos que vivenciaram a transição para a vida adulta há umas poucas décadas atrás.

Dados e método

Utilizamos neste estudo dados censitários brasileiros (1980 e 2000) e espanhóis (1981 e 2001) disponibilizados pela *Integrated Public Use Microdata Series-International* (IPUMS), concebido e administrado pelo *Minnesota Population Center* da Universidade de Minnesota.

Os resultados aqui expostos derivam da aplicação da metodologia de análise de entropia de combinações de status de coortes sintéticas (Fussell, 2005; Fussell, 2006; Fussell, Evans e Gauthier, 2006).

A entropia é um conceito originário da termodinâmica que posteriormente migrou para a Economia e para as Ciências da Informação. Theil (1972) expande ainda mais o campo de aplicação dessa técnica para diferentes áreas das Ciências Sociais, ao demonstrar que os resultados gerados a partir dela poderiam subsidiar a explicação de processos sociais, que de outra forma são difíceis de serem descritos e mensurados.

Por vezes, a entropia é considerada uma medida de *desordem* de um sistema. Mas inicialmente, quando o conceito foi cunhado na Física surge essencialmente como uma medida de *transformação*. Aliás, esse significado original torna-se ainda mais evidente quando se recorre à etimologia da palavra: “O nome entropia vem do grego *em* (em) e *trope* (transformação) com o objetivo de indicar *algo em transformação*” (Covolán, 2004: 14).

Vale destacar que a análise de entropia é uma técnica de decomposição (Theil, 1972). Dada uma totalidade, procura-se desvendar as componentes do todo, sendo a entropia uma medida do quão segmentado é esse todo, ou seja, do quanto esse todo se encontra dividido internamente. Nesse sentido, é também uma medida de heterogeneidade. Para uns, maior heterogeneidade representa intensa transformação, para outros, o caos, portanto, desordem. Mas um ponto que cremos ser consensual é que quanto maior a entropia, maior a complexidade de um fenômeno.

Fussell (2006) propõe uma abordagem metodológica que utiliza a análise de entropia no estudo da transição para a vida adulta². A técnica proposta consiste em calcular medidas de entropia a partir de combinações de status (se estudante, trabalhador, chefe de domicílio, cônjuge) por idade específica assumindo os dados do censo como compondo uma coorte sintética. Uma das maiores vantagens dessa técnica é justamente permitir a análise do processo de transição para vida adulta contando-se unicamente com dados censitários, já que para países em desenvolvimento não temos *surveys* sobre a transição para a vida adulta.

O quadro 1 indica os quesitos considerados no estudo e qual informação sobre os status pertinentes à transição para a vida adulta eles nos fornecem:

Quadro 1 – Apropriação de quesitos para construção de indicadores

<i>Quesitos da base do IPUMS</i>	<i>Status na transição para a vida adulta</i>
SCHOOL (<i>School Attendance</i>): indica se a pessoa freqüentava escola na data do censo.	Status educacional Estudante <i>versus</i> não-estudante (indicativo de término, interrupção ou abandono da formação escolar).
EMPSTAT (<i>Employment status</i>): indica se a pessoa fazia parte da força de trabalho – trabalhando efetivamente ou procurando trabalho – em um período de tempo específico fixado pelo censo.	Status ocupacional Trabalhador <i>versus</i> não-trabalhador (indicativo de dependência econômica).
RELATE (<i>Relationship to household head</i>): descreve a relação do indivíduo com o responsável pelo domicílio.	Status residencial Dependência <i>versus</i> autonomia residencial (se o jovem ocupa a posição de responsável pelo domicílio ou de cônjuge, caracteriza-se a autonomia residencial).
MARST (<i>Marital status</i>): descreve o status marital corrente de acordo com as leis ou costumes do país. Pessoas casadas ou em união consensual estão enquadradas indistintamente em uma mesma categoria.	Status conjugal Esteve/está em união <i>versus</i> nunca esteve unido(a).
(<i>Children ever Born</i>): número de filhos que cada mulher teve até a data do censo.	Status parental Iniciou a constituição de prole <i>versus</i> nunca teve filhos.

Fonte: Documentação de variáveis, IPUMS (2002). Elaboração própria.

Todo o raciocínio baseia-se na utilização do índice de entropia geral de Theil (1972):

$$E_x = \sum_s p_{s,x} * \ln (1/p_{s,x})$$

Onde, S indica uma determinada combinação de status a uma idade x e p_s é a proporção da população desta idade no estado s . O cálculo da entropia é obtido pelo produto da proporção da população da idade x no estado considerado pelo *log* natural da probabilidade inversa da combinação de status particular, nossa p_s . A somatória de todas as medidas assim construídas considerando cada combinação de status possível para a população de uma dada idade específica resulta em um número, o índice de entropia geral, que indica o grau de heterogeneidade das combinações de status àquela determinada idade (Fussell, 2006: 9).

A amplitude do índice de entropia geral varia de 0, quando há perfeita homogeneidade (ou seja, todos os indivíduos estariam concentrados em uma única combinação de status) até a

² As afirmações feitas nesse tópico sobre o cálculo da entropia no estudo da transição para a vida adulta e como interpretar seus resultados são fundamentadas em Fussell (2006).

entropia máxima (máxima heterogeneidade, situação na qual haveria exatamente o mesmo número de indivíduos em cada uma das combinações de status possíveis). O valor numérico da entropia máxima depende de quantos status estão sendo combinados, já que no cálculo da entropia máxima é preciso conhecer o número total de combinações de status possíveis:

$$E_{\max} = \sum (1/C_s) * \ln [1/(1/ C_s)]$$

Sendo, E_{\max} a entropia máxima e C_s o número total de combinações de status possíveis.

Para que o índice de entropia se torne uma grandeza de mais fácil compreensão, Fussell sugere que ele seja transformado em uma porcentagem da entropia máxima. Quanto mais próximo de 100% (entropia máxima), maior é a dispersão dos indivíduos em diferentes combinações de status. Uma entropia seria de 100% se todas as possibilidades de combinações de status fossem encontradas empiricamente e se encontrássemos em cada uma dessas combinações um mesmo número de indivíduos. Inversamente, quanto mais próximo de zero é o índice, mais os indivíduos estão concentrados em algumas poucas combinações de status, havendo, por conseguinte, uma estrutura mais rígida de papéis assumidos por grande parte das pessoas àquela idade.

Calculando-se os índices de entropia por idade específica conforme foi descrito acima e, a partir desses resultados, construindo um Gráfico simples de linhas, é possível identificar quando a transição para a vida adulta começa e termina, bem como quando atinge um pico. O recurso Gráfico permite visualizar que partindo de idades mais próximas à infância (quando a maioria das pessoas está concentrada em uma combinação de status bem característica: a de estudante, que não trabalha, é na maioria das vezes dependente de um dos pais ou de ambos, nunca teve uma experiência conjugal e não tem filho) ao longo dos anos que compõem a adolescência, em algum ponto o índice de entropia aumenta significativamente, o que evidencia que as pessoas estão mudando de status e, portanto, há novas combinações de status. Essa idade na qual boa parcela das pessoas escapa da combinação típica da figura do estudante-filho-dependente, marca o início do período de transição para a vida adulta. Analogamente, idades nas quais o índice de entropia cai ou relativamente estabiliza-se, são consideradas como o fim do período de transição.

Uma segunda etapa da análise consiste em avaliar a contribuição de cada um dos status na produção da heterogeneidade por idade. Isso pode nos dar uma indicação de quais mudanças de status são mais importantes em cada idade, ou ainda, o quanto do índice de entropia se deve a um status em particular (Fussell, 2005). Para isso, se calcula o índice eliminando um status por vez. Com a eliminação de um dos status, se espera uma queda da entropia máxima. Então, calcula-se a diferença percentual entre a *entropia total* (E_f – ou seja, aquela que considera todos os status) e a entropia quando um dos status não é incluído no cálculo, que chamaremos de *entropia reduzida* (E_r). Conhecendo a entropia reduzida para cada status eliminado e a entropia total, podemos encontrar a *heterogeneidade observada* (O) e compará-la com a *heterogeneidade predita* (P):

$$O = ((E_f - E_r)/E_f)*100$$

Onde, O é a heterogeneidade observada; E_f , a entropia final e E_r , a entropia reduzida.

$$P = ((\text{Max } E_f - \text{Max } E_r)/ \text{Max } E_f)*100$$

Onde, P é a heterogeneidade predita; $\text{Max } E_f$, a entropia máxima quando se considera todos os status e $\text{Max } E_r$, a entropia máxima excluindo um status. Para esta análise, como consideramos quatro status (escolar, laboral, residencial e marital), a entropia máxima E_f será:

$$\text{Max Ef} = \sum (1/16) * \ln [1/(1/16)] = 2,773$$

A entropia máxima quando um dos status é excluído será:

$$\text{Max Er} = \sum (1/8) * \ln [1/(1/8)] = 2,079$$

Logo, se pode conhecer a heterogeneidade predita (P):

$$P = ((2,773 - 2,079) / 2,773) * 100 = 25\%$$

A heterogeneidade predita serve apenas para termos um parâmetro de referência para avaliar a heterogeneidade observada. Sempre que a heterogeneidade observada for maior que a heterogeneidade predita, isto é, superior a 20% quando se tratar de mulheres e acima de 25%, no caso dos homens, podemos interpretar que o status eliminado contribui significativamente mais para elevar a entropia total comparado aos demais status.

Resultados

Segundo Fussell (2006), durante a infância é quando se verificam os mais baixos índices de entropia, ou seja, é quando a heterogeneidade é praticamente nula, posto que as crianças, sobretudo em países desenvolvidos, estão inseridos no sistema educacional, vivem baixo a proteção de suas famílias, não se ocupam de atividade produtiva alguma e ainda não estão aptas a estabelecer laços conjugais. É durante a adolescência, nos anos *teen* entre 13-19 anos, que se nota um rápido aumento da heterogeneidade de combinações de status. Quando a heterogeneidade atinge o seu auge, pode-se facilmente identificar a faixa etária composta pelos adultos jovens, sendo aqueles que intensificam suas transições de status. Depois deste momento, a heterogeneidade decresce caracterizando a fase adulta propriamente dita, quando a tendência é o enquadramento aos papéis sociais típicos do mundo adulto, seja frente à esfera produtiva ou à familiar.

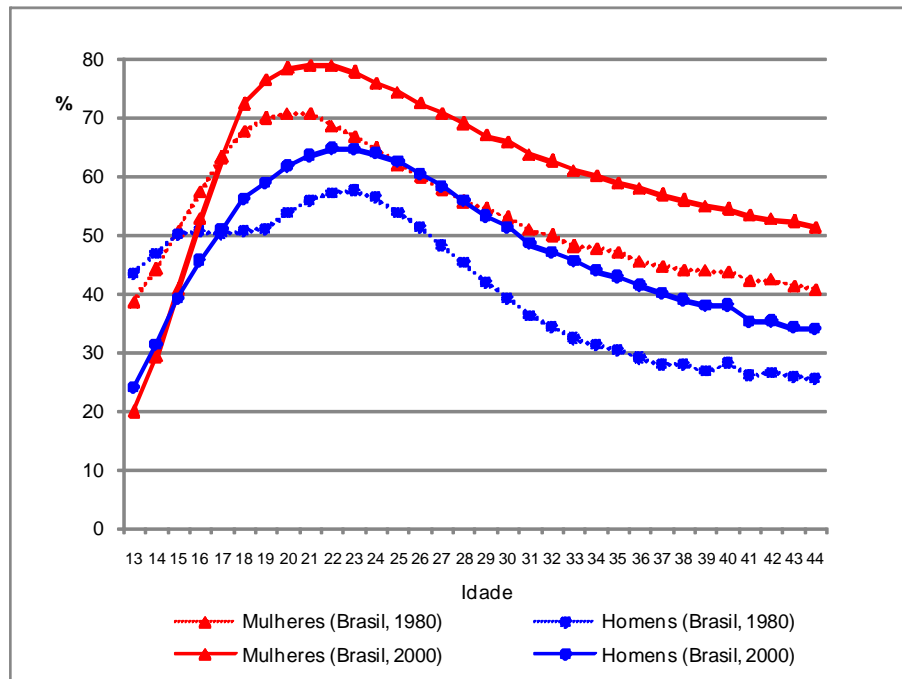
O Gráfico 1 apresenta os índices de entropia para o Brasil em 1980 e 2000 segundo o sexo. E o Gráfico 2, esses mesmos resultados para Espanha em 1981 e 2001. O padrão das curvas referentes ao índice de entropia evolui dentro da estrutura acima descrita, ou seja, valores mais baixos para as primeiras idades da adolescência, um aumento da heterogeneidade de combinações de status nas idades subseqüentes até alcançar um máximo ao redor dos 20 ou 30 anos, conforme o caso. Depois de esta fase de mais elevada heterogeneidade, os valores do índice diminuem. Este padrão da curva aponta justamente para a concentração dos câmbios de status em idades circunscritas. Os câmbios ganham importância com o avanço da adolescência e assumem sua máxima expressão nas idades adultas jovens.

Para o Brasil (Gráfico 1), quando se contrasta as coorte hipotéticas de 1980 e 2000, uma primeira mudança a ser sublinhada é a notável diminuição do índice de entropia nas primeiras idades (abaixo dos 16 anos), reflexo da maior concentração dos indivíduos em um número menor de possibilidades de combinações de status. Mudanças legais e sociais visando coibir o trabalho infanto-juvenil e ampliar o acesso à educação escolar explicam a tendência em 2000 à maior concentração de indivíduos no perfil de estudante, que não trabalha, é solteiro e ocupa a posição de filho no domicílio de residência.

A educação escolar obrigatória foi estabelecida no Brasil pela Constituição de 1934, reafirmada, posteriormente, nas Constituições de 1937 e 1946. Todas elas declaravam obrigatório o ensino primário sem determinar os limites etários da obrigatoriedade. A Constituição de 1967 estende a duração da escolaridade obrigatória e gratuita de 4 para 8 anos e fixa que será dos 7 aos 14 anos a idade apropriada para a realização desses estudos (Werebe,

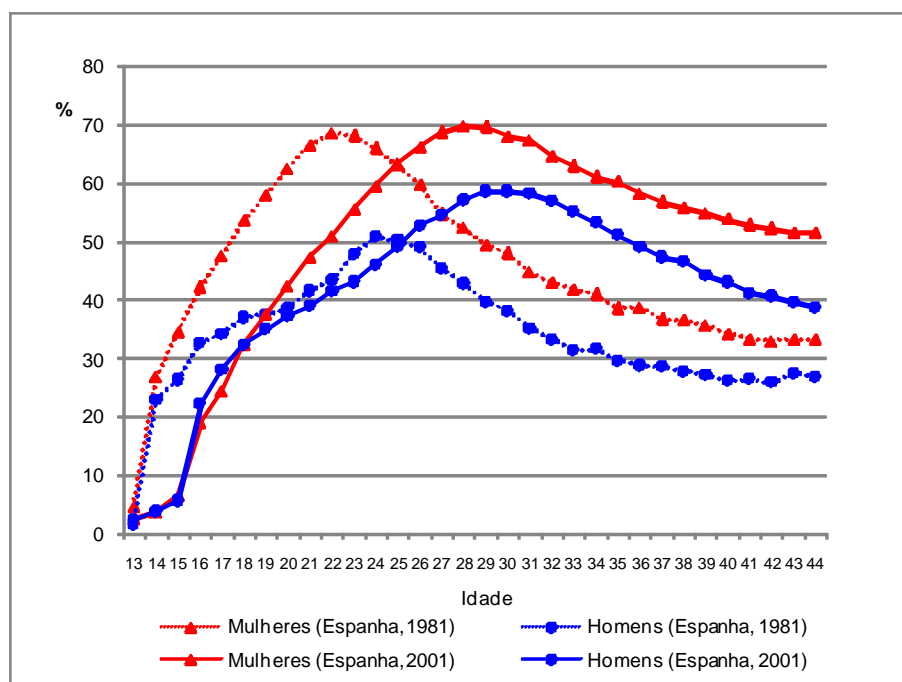
1970; Silva, 1983; Hilsdorf, 2003) . No entanto, as cartas magnas funcionaram neste período muito mais como declarações de intenções do que como força motriz de transformações.

Gráfico 1
Índice de Entropia Geral por sexo, Brasil, 1980 e 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de dados censitários de 1980 e 2000, IBGE/IPUMS.

Gráfico 2
Índice de Entropia Geral por sexo, Espanha, 1981 e 2001



Fonte: Elaboração própria a partir de dados censitários de 1980 e 2000, INE/IPUMS.

Questões de infra-estrutura que iam desde a construção física de escolas até desafios relacionados à formação de quadros de professores, fizeram com que o processo de expansão da educação formal no Brasil fosse lento e penoso. Apesar dos avanços legais e das pressões de uma crescente população urbana que paulatinamente incorpora a ideologia de que a escolarização promoveria mobilidade social (Sposito, 1984), a oferta e o acesso à escola permanecem sendo o problema central da educação no Brasil até os anos 80. É somente a partir dos anos 90 que as preocupações centrais passam da questão do acesso à discussão da qualidade do ensino ofertado.

Em 2000, a educação escolar básica, obrigatória e gratuita, segue sendo de 8 anos (ministrada entre os 7 e os 14 anos). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 reafirma este compromisso e estabelece como meta a expansão do ensino médio, sem, contudo, dar a ele o mesmo estatuto do Ensino Básico.

Somado à cobertura insuficiente do aparato escolar, que esteve em descompasso com a demanda por educação até meados dos anos 80, há que se destacar que o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro dos anos 60 e 70, o chamado “milagre econômico” brasileiro, produziu uma elevada concentração de renda e aprofundamento dos níveis de pobreza. Nas famílias provenientes do extrato mais pobre o trabalho infanto-juvenil fazia parte do mecanismo de manutenção do grupo doméstico, realidade que se manteve ao longo dos anos 80, constantemente lembrada como a “década perdida” da economia brasileira. É somente nos anos 90 que o trabalho precoce sofreria uma redução importante no Brasil motivada em grande parte pela implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que proíbe expressamente o trabalho antes dos 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Em 2000, com a lei 10.097, a idade mínima para a atividade laboral é elevada para os 16 anos. No entanto, no caso brasileiro pode-se dizer que a diminuição do trabalho infanto-juvenil e o aumento da frequência escolar observados ao longo da década de 90 não teriam se processado na magnitude observada se não fosse também pela força de programas sociais, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996) e Programas de Renda Mínima Municipais (a partir de 1995), ainda que uma crítica freqüente a esses programas ressalte sua intermitência e/ou insuficiência (Nogueira, 2003).

Para a Espanha (Gráfico 2), os índices de entropia já eram bastante baixos para a coorte de 1981 e decrescem ainda mais para a coorte hipotética de 2001. É visível que a combinação de status de estudante, que não trabalha e ocupa a posição de dependente no domicílio de residência é mais comum na Espanha que no Brasil nos dois períodos considerados. Uma primeira evidência diz respeito à retenção massiva de adolescentes no sistema escolar até os 14 anos, especialmente em 2001. De fato, a Lei Geral de Educação de 1970 obriga a permanência dos indivíduos na escola no mínimo até os 14 anos de idade. Mesmo para a Espanha se observa mudanças profundas neste espaço de vinte anos, dado que o perfil de estudante, que não trabalha e é dependente se torna praticamente universal a essa idade. Aliado a isto, o Estatuto dos Trabalhadores de 1981 impede que os adolescentes comecem a trabalhar antes de cumprir 16 anos (Miret, 2002). Em 1981, a heterogeneidade de combinações de status sobe substancialmente já ao redor dos 14 anos, enquanto em 2001, um aumento semelhante só ocorrerá por volta dos 16 anos, indicando um atraso já no ponto de partida do início da intensificação dos câmbios de status, explicado pela aplicação efetiva das leis anteriormente mencionadas.

Chama a atenção que entre os jovens brasileiros não só o índice de entropia parte de patamares mais altos nas idades iniciais, como atinge seu ápice em idades mais jovens. Isso sinaliza que o câmbio de status ocorre mais precocemente no Brasil que na Espanha. Em idades abaixo de 18 anos, há parcelas muito mais significativas de jovens brasileiros que já assumiram algum papel social típico de adulto, seja na esfera produtiva ou familiar, que jovens espanhóis. Para os anos 80, tanto no Brasil como na Espanha o auge da transição para

a vida adulta se dava entre 21-24 anos (Tabela 1). Entre 1980 e 2000, há pouca mudança no que se refere à idade ápice da transição entre os e as jovens do Brasil. Em 2000, a idade em que se encontra maior heterogeneidade de combinações de status ocorre aos 21 anos entre as jovens brasileiras, aos 22 anos entre os brasileiros; aos 28 anos entre as espanholas e aos 30 entre os espanhóis. Ou seja, o ápice do câmbio de status ocorre 7 anos mais cedo entre as brasileiras quando comparadas às espanholas e 8 anos antes entre os rapazes brasileiros em relação aos espanhóis. Depois dessas idades, o índice de entropia tende a cair, porque algumas combinações de status se tornam muito menos freqüentes, ou mesmo desaparecem praticamente. Interpretamos esse dado como um indicativo de que uma vez que os jovens brasileiros assumem esses papéis mais cedo que os espanhóis, eles têm conseqüentemente um tempo de juventude mais curto ou ao menos mais comprometido.

Tabela 1 – Idade auge da transição para a vida adulta segundo o sexo.

<i>País</i>	<i>Ano</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Brasil	1980	23 anos	21 anos
	2000	22 anos	21 anos
Espanha	1981	24 anos	22 anos
	2001	30 anos	28 anos

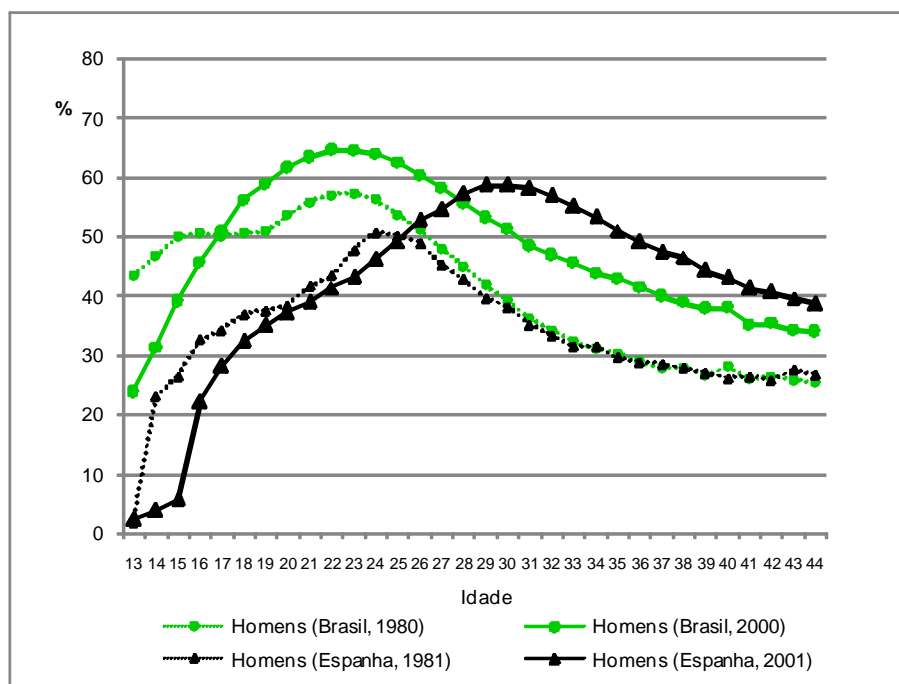
Fonte: Elaboração própria a partir de dados censitários, IBGE-INE/IPUMS.

Se por um lado verifica-se que, quando se compara as coortes hipotéticas espanholas de 1981 e 2001, a mudança que mais chama a atenção é o adiamento da idade de maior heterogeneidade de status; no caso do Brasil, a principal mudança é o aumento da heterogeneidade, evidenciado pelo nível mais elevado da curva da coorte de 2000, se comparada àquela de 1980. Em realidade, para as idades subseqüentes aos pontos máximos de transições, houve aumento da heterogeneidade e, portanto, da complexidade das combinações de status, tanto na Espanha quanto no Brasil no transcorrer dos vinte anos considerados. Esta afirmação sustenta-se na constatação de que os níveis das curvas referentes a 2000 para Brasil e 2001 para Espanha se conservam em patamares mais elevados para as idades pós-transição. Ou seja, sob este prisma, cumpridas as idades de transições intensas (assinalada pela cúspide), ao longo da vida adulta propriamente dita, o curso de vida se tornou mais complexo e menos previsível, no sentido que um maior número de combinações de status passou a ser perfeitamente realizável empiricamente.

Em ambos os países o índice de entropia encontrado para as mulheres supera aquele encontrado para os homens já em meados ou no final da adolescência (entre 15 e 19 anos), conforme o país e ano considerado. Isso acontece porque o número de combinações de status encontrado entre as mulheres supera o que de fato se observa entre os homens. Os homens tendem a se enquadrar mais a determinados perfis de acordo com a idade. A população feminina nos dois países dá mostras de ser mais heterogênea que a masculina no que se refere à dispersão por diferentes combinações de status.

Da representação das curvas que descrevem parte do curso de vida masculino no Brasil e na Espanha nos anos 80 e 2000 (Gráfico 3), depreende-se, como já apontamos anteriormente, uma diminuição da heterogeneidade de combinações de status nas primeiras idades. No caso brasileiro é visível que cresce o contingente de jovens de 13 a 16 anos que se enquadram no perfil de estudantes, que não trabalham e ocupa a posição de dependentes no domicílio, situação que propiciou a diminuição da heterogeneidade nas primeiras idades consideradas no estudo.

Gráfico 3
Índice de Entropia Geral para homens



Fonte: Elaboração própria a partir de dados censitários, IBGE-INE/IPUMS.

Vale destacar ainda que no caso dos brasileiros, embora já parta de patamares mais altos, o índice de entropia masculino se mantém estável dos 15 aos 19 anos em 1980. O serviço militar é obrigatório no Brasil e deve ser cumprido aos 18 anos. Uma hipótese explicativa é que o serviço militar, uma experiência mais presente na história de vida dos rapazes dos anos 80 que dos jovens de 2000, devia frear alguns câmbios de status, adiados para depois do cumprimento do serviço obrigatório. Apesar de não haver perdido sua obrigatoriedade, o serviço militar já não é uma experiência universal. Muitos jovens são dispensados, seja por contenção de gastos das forças armadas (Kuhlmann, 2001); seja porque com o fim da ditadura desapareceu a necessidade de aproximar a juventude dos ideais compartilhados pelos militares; ou ainda, porque as forças armadas se tornaram de fato mais seletivas, em parte por conta da maior profissionalização do exército e, residualmente, pelo surgimento de denúncias de que jovens treinados pelas próprias forças armadas eram mais tarde assediados por facções criminosas interessadas em seus conhecimentos no trato com armamento pesado (Zaluar, 2006).

Um comportamento relativamente semelhante é observado no caso espanhol. Em 1980, o serviço militar também era obrigatório na Espanha e cumprido na mesma idade que no Brasil. No entanto, já no final do regime franquista ocorreram os primeiros casos de “objeção de consciência”, pessoas que se declaravam inaptas para o serviço militar por razões religiosas ou anti-militaristas. Em 1984 a “objeção de consciência” é regulamentada na Espanha. Desde então foi crescente o número de solicitações de dispensa do serviço militar, o qual deixou de ser obrigatório em 2002.

Também como já foi assinalado, os rapazes realizam a transição para a vida adulta mais cedo no Brasil do que na Espanha no dois períodos considerados. Porém, um dado interessante é que em 80, por volta dos 26 anos em diante, as curvas referentes a Brasil e Espanha convergem, e se sobrepõem. Trata-se de algo que não se verifica em 2000, quando as duas curvas seguem praticamente paralelas, observando-se um grau de heterogeneidade mais elevado entre os espanhóis. Isso ocorre porque enquanto os brasileiros tendem a se

enquadrar mais ao perfil de trabalhador, em união e chefe de domicílio, os espanhóis se mantêm dispersos em diferentes combinações de status por mais tempo.

O status que mais produz heterogeneidade entre a população masculina brasileira é o residencial, seja em 1980 ou em 2000 (ver Tabela 2), sendo que produz segmentação significativa especialmente a partir dos 25 anos em 1980, e dos 30 a 39 anos em 2000. Já entre os espanhóis, surge, ao lado do residencial, o status marital como fator gerador de segmentação interna, sendo que este último ganhou importância ao longo do período (ver Tabela 3). Trinta anos pode ser considerada aproximadamente a idade máxima a que a juventude foi estendida no caso espanhol segundo os dados de 2001. Em 1981, aos 30 anos de idade, nada menos que 78,3% dos homens espanhóis viviam ou tinham vivido em união. Em 2001, este percentual baixa para 43,5%. Para o Brasil, se observa também uma diminuição do percentual de homens que já viveram ou vivem em união aos 30 anos de idade. No entanto, esta está longe de ser da mesma magnitude observada para a Espanha, pois passa de 80,4% para 72,9%.

Tabela 2 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal, Brasil (1980 y 2000).

Brasil			15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
1980	Homens	Escolar	-40,17	-24,46	-17,10	-14,83	-12,79	-9,82
		Laboral	-37,92	-17,10	-10,32	-12,68	-18,97	-27,87
		Residencial	-4,84	-18,86	-26,03	-28,45	-27,21	-25,12
		Marital	-8,36	-19,99	-24,16	-24,41	-24,01	-23,36
	Mulheres	Escolar	-35,02	-19,11	-12,55	-9,74	-7,92	-6,05
		Laboral	-33,40	-30,10	-35,29	-42,86	-48,27	-51,12
		Residencial	-6,16	-14,66	-18,03	-17,34	-16,45	-16,93
		Marital	-10,00	-13,16	-13,85	-13,43	-13,41	-14,04
2000	Homens	Escolar	-39,93	-29,08	-20,32	-17,80	-16,58	-14,18
		Laboral	-45,37	-20,19	-15,08	-16,63	-20,06	-26,54
		Residencial	-4,30	-17,04	-23,47	-25,09	-25,16	-24,10
		Marital	-5,69	-18,59	-22,52	-23,36	-23,44	-23,17
	Mulheres	Escolar	-29,62	-23,39	-18,34	-16,84	-15,39	-12,85
		Laboral	-38,31	-29,28	-32,30	-36,88	-40,77	-44,88
		Residencial	-7,51	-15,58	-18,44	-17,93	-16,69	-15,42
		Marital	-10,40	-15,04	-17,18	-18,16	-19,09	-20,35

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados censitários, IBGE/IPUMS.

Da representação das curvas que descrevem parte do curso de vida feminino no Brasil e na Espanha nos anos 80 e 2000 (Gráfico 4), observa-se que, tal como ocorre entre os homens, há redução da heterogeneidade nas primeiras idades, dado que também as garotas crescentemente se enquadram no perfil estudante, solteira, que não desempenha atividade econômica e que ocupa posição de dependente no domicílio de residência. No entanto, a população adolescente brasileira (abaixo de 20 anos) se conserva muito mais heterogênea que a espanhola mesmo em 2000, afirmação válida tanto para as moças quanto para os rapazes.

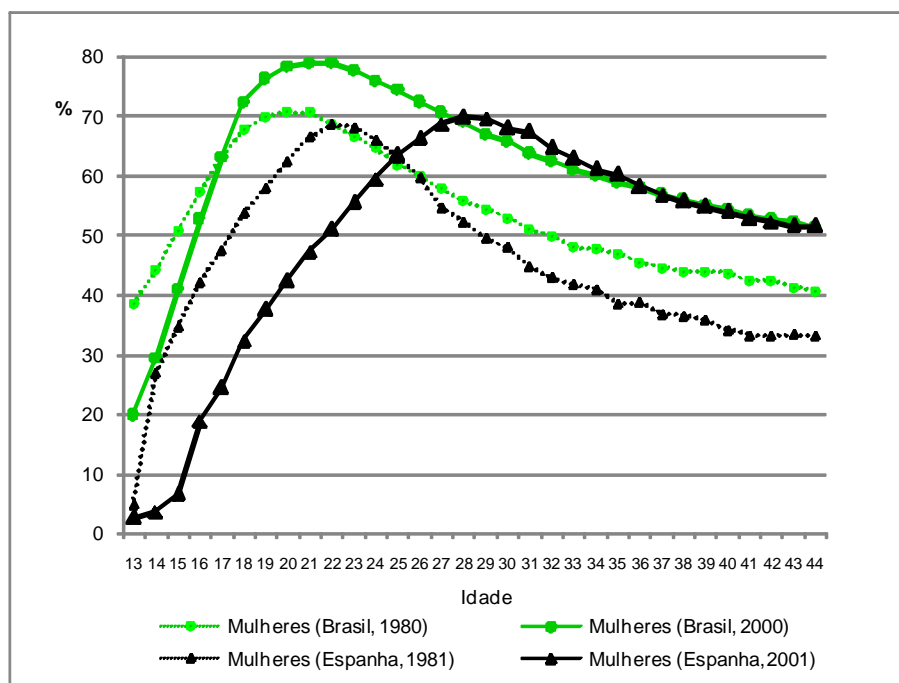
Em 1980, as garotas no Brasil aparentemente já se distribuíam em diferentes combinações de status muito mais cedo que as espanholas. Essa característica se acentua em 2000. A heterogeneidade – entendida como sinal de que diversos segmentos jovens vão se particularizando por experimentarem os eventos sócio-demoGráficos aqui considerados – cresce entre as garotas brasileiras a uma maior velocidade em 2000 quer de uma perspectiva temporal quer de uma perspectiva internacional.

Tabela 3 – Porcentagem de mudança no índice de entropia devido à exclusão de cada um dos status por grupo de idade quinquenal, Espanha (1981 y 2001).

Espanha		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	
1981	Homens	Escolar	-19,18	-17,63	-12,61	-10,36	-7,56	-4,36
		Laboral	-18,63	-14,59	-9,16	-10,68	-14,69	-22,96
		Residencial	-2,91	-13,76	-24,88	-29,81	-30,83	-28,05
		Marital	-5,79	-17,02	-2,94	-24,48	-25,00	-25,14
	Mulheres	Escolar	-34,56	-17,09	-9,01	-6,31	-5,15	-3,41
		Laboral	-30,83	-30,84	-37,44	-41,27	-43,17	-45,99
		Residencial	-3,84	-13,41	-20,04	-21,61	-22,02	-20,29
		Marital	-7,09	-12,72	-14,06	-14,27	-14,75	-15,58
2001	Homens	Escolar	-21,03	-7,12	-5,04	-4,23	-4,85	-5,74
		Laboral	-10,14	-8,32	-8,10	-8,63	-12,05	-16,83
		Residencial	-8,42	-22,43	-29,70	-29,00	-26,60	-24,47
		Marital	-4,14	-9,29	-23,05	-30,76	-30,52	-28,08
	Mulheres	Escolar	-20,08	-7,13	-7,24	-9,45	-11,40	-11,80
		Laboral	-11,77	-12,61	-17,26	-27,37	-36,01	-41,71
		Residencial	-10,09	-21,13	-24,23	-21,12	-17,68	-15,68
		Marital	-6,60	-11,98	-21,47	-23,22	-21,06	-19,05

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados censitários, INE/IPUMS.

Gráfico 4
Índice de Entropia Geral para mulheres



Fonte: Elaboração própria a partir de dados censitários, IBGE-INE/IPUMS.

Comparado a 1980-81, em 2000-01, o curso de vida adulto feminino se revela mais complexo tanto no Brasil como na Espanha, como indica o nível mais elevado das curvas dos anos mais recentes nas idades posteriores à fase de transição. Lembrando que a transição é

identificada pelas idades que compõem a cúspide. Por volta dos 30 anos, o curso de vida adulto feminino denota praticamente o mesmo grau de heterogeneidade, ou se preferirmos, de complexidade no Brasil e na Espanha.

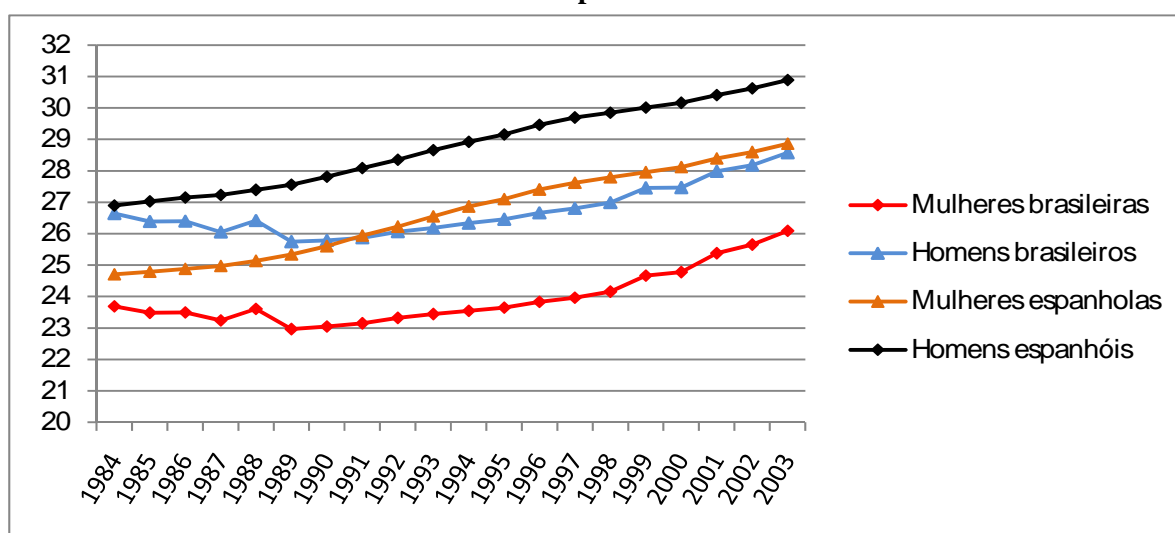
O status laboral é o que realmente mais produz heterogeneidade significativa entre as populações femininas dos dois países contemplados neste estudo (ver Tabelas 2 e 3). Essa característica se mantém tanto no espaço quanto no tempo. Em 1980-81, o status laboral gera heterogeneidade entre as mulheres de todas as idades nos dois países. Em 2000, segue sendo fator propulsor de heterogeneidade entre as mulheres brasileiras de todas as idades, mas entre as espanholas passa a ser significativo apenas a partir dos 30-34 anos.

Assim como ocorre entre os homens, a proporção de mulheres que vivem ou viveram em união aos 30 anos, diminui entre os anos 80 e 2000, sendo essa redução mais pronunciada no caso espanhol. Em 1980, 82,9% das brasileiras de 30 anos de idade viviam ou tinham vivido em união, sendo que este percentual baixa para 77,9% em 2000. Essa mudança é modesta perto do que se passou na Espanha, onde no período compreendido entre 1981 e 2001 esse indicador passou de 85,7% para 59,4%.

Maior tempo dedicado à educação formal, adiamento da constituição de família e a dificuldade de conquistar e consolidar a autonomia financeira estão no cerne da explicação de o porquê a fase juvenil ou a moratória frente a algumas atribuições adultas têm se tornado cada vez mais estendida na Espanha e em outros países desenvolvidos.

Apesar de ser visível o aumento da heterogeneidade de combinações de status entre os jovens brasileiros de idade ao redor dos 20 anos neste período de duas décadas, o que sugere que se multiplicaram as rotas de transição para a vida adulta e que o curso de vida se tornou mais complexo, não se verifica um adiamento da entrada na vida adulta de forma tão evidente como se processa no caso espanhol.

Gráfico 5
Idade média ao primeiro matrimônio



Fonte: Construído a partir de dados do registro civil, IBGE (Brasil) e INE (Espanha).

Um exemplo significativo do ritmo das mudanças processadas entre os anos 80 e 2000 nos dois países considerados é a idade média ao primeiro matrimônio, ainda que esta seja uma medida sob certo prisma imperfeita, dado que não se podem considerar as uniões consensuais. A evolução do aumento da idade ao casar é explicitada no Gráfico 5. Ainda que seja verdadeiro o adiamento do casamento nos dois países, a velocidade do aumento da idade média ao primeiro matrimônio é distinta. Se em 1984 homens brasileiros e espanhóis

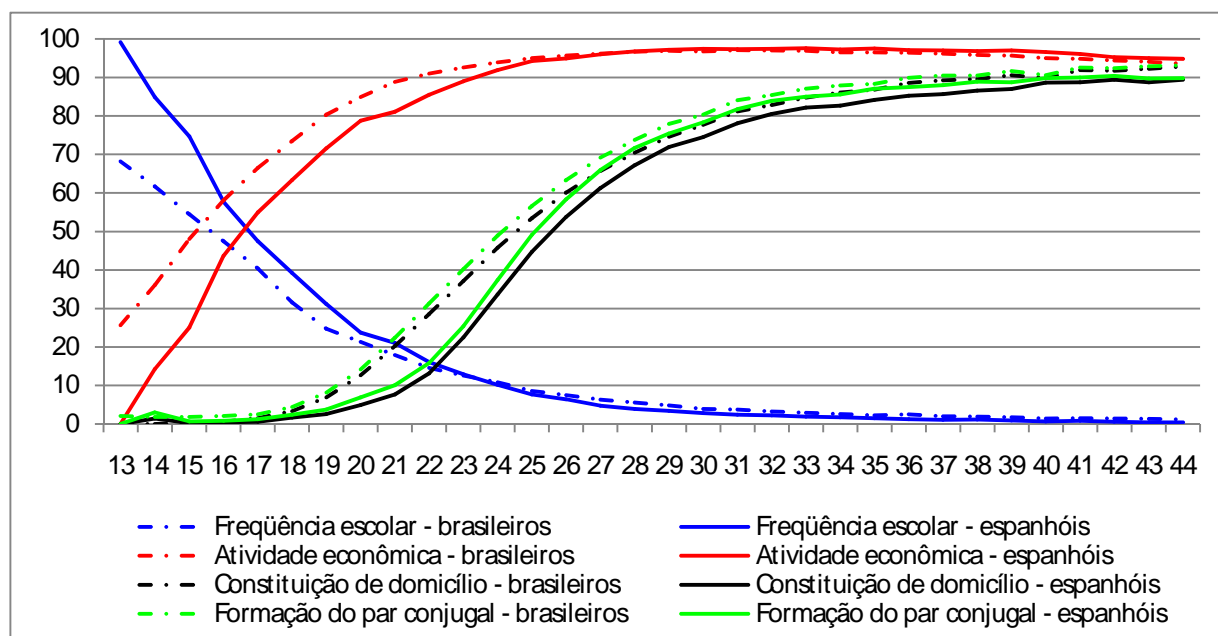
casavam-se praticamente a mesma idade, perto dos 27 anos, o cenário é diferente em 2003, quando espanhóis se casam em média aos 30,89 anos e brasileiros aos 28,57 anos. A diferença de idade média ao casar entre brasileiras e espanholas acentua-se ao longo do período. Em 1984, as primeiras casavam-se em média aos 23,7 anos e as segundas aos 24,7 anos; já em 2003 essas idades são respectivamente 26,1 e 28,6 anos.

Não se trata de defender um modelo curto ou ampliado de juventude, mas refletir as implicações, potencialidades e constrangimentos próprios de cada modelo de transição.

Conforme se pode observar nos Gráficos 6 e 7 que representa a proporção de homens brasileiros e espanhóis em diferentes eventos do ciclo de vida em 1980 e 2000, à medida que decresce a frequência escolar, aumenta a participação em alguma atividade econômica. Já a formação do par conjugal apresenta o mesmo comportamento da constituição de domicílio independente, praticamente se sobrepondo uma a outra.

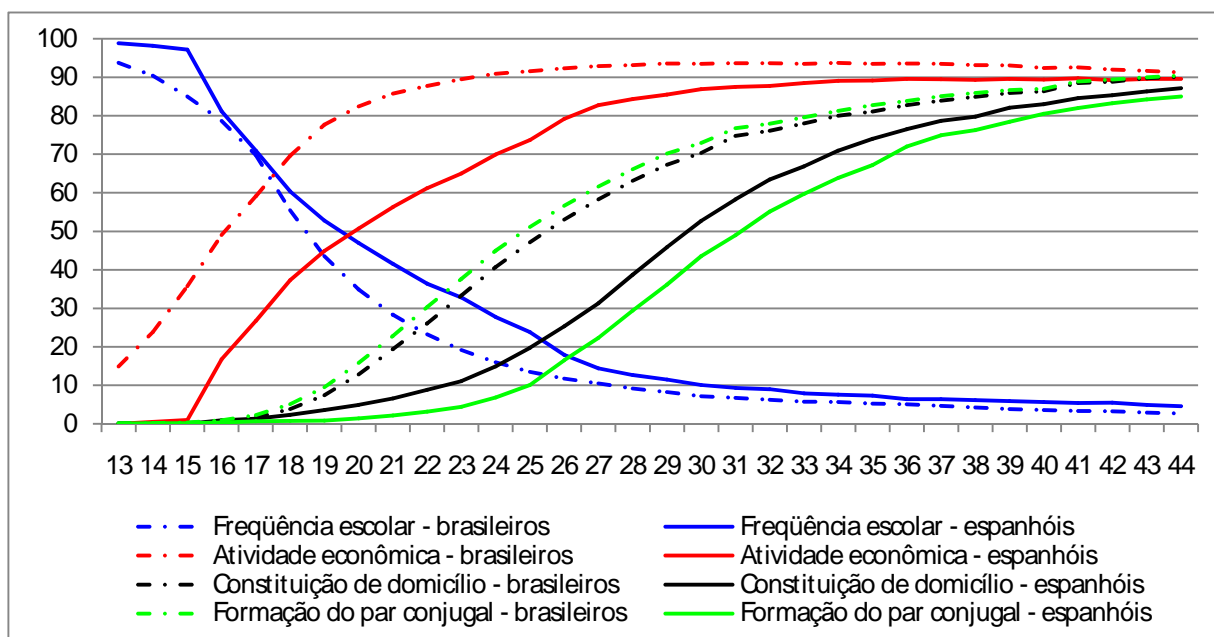
Em 1980-81, a partir dos 20 anos, a proporção de homens que formam par conjugal é levemente superior àquela de homens que constituem domicílio independente, sugerindo que uma parcela deles deve ter contraído união sem sair da casa da família de origem. Em 2000, se mantém esta mesma relação entre as curvas de formação do par conjugal e constituição de domicílio independente para os homens brasileiros. Entretanto, para os espanhóis ocorre uma mudança importante. Diferentemente de 1981, há um descolamento mais pronunciado entre as duas curvas do que aquele que ocorre entre os brasileiros. E o mais importante, percentual dos que formam domicílio independente ultrapassa aquele dos que formam par conjugal, transformação essa que não se observa no caso brasileiro.

Gráfico 6
Proporção da população masculina em diferentes eventos do ciclo de vida
Brasil (1980) e Espanha (1981)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados censitários, IBGE e INE/IPUMS.

Gráfico 7
Proporção da população masculina em diferentes eventos do ciclo de vida
Brasil (2000) e Espanha (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados censitários, IBGE e INE/IPUMS.

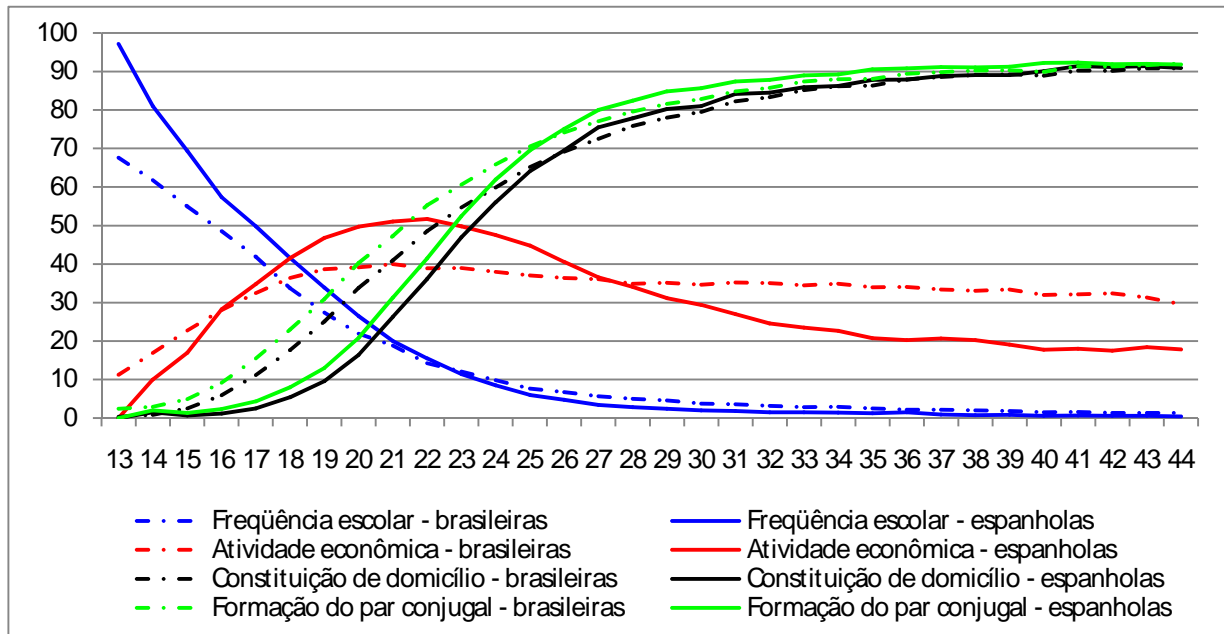
Ao menos como hipótese pode-se argumentar que entre os brasileiros a formação do par conjugal precede, ou ocorre simultaneamente, à constituição de domicílio independente. Entre os espanhóis o mesmo se observa em 1981, mas não em 2001, quando parece que primeiro se constitui domicílio independente e depois se forma o par conjugal, se é que o formam.

É digno de nota que a proporção de homens brasileiros que desempenham atividade econômica é superior ao de espanhóis em todas as idades. Ainda que não se tenha elementos para discutir aqui as condições em que se dá essa inserção produtiva ou avaliar sua solidez ou fragilidades, supõe-se que a necessidade de assumir o papel de provedor uma vez que contrai família deve pressionar os homens a buscar uma colocação no mercado de trabalho. Mesmo que aqui não possamos estabelecer uma relação causal, deve-se atentar que em 1981, quando a formação do par conjugal por parte dos homens espanhóis quase se sobrepunha à constituição de domicílio, o comportamento da curva referente à atividade econômica era semelhante aos dos homens brasileiros. No entanto, em 2001, o desempenho de alguma atividade econômica é bem mais baixo entre os espanhóis com menos de 30 anos quando comparados aos brasileiros de mesma idade. É provável que não por acaso ocorra o descolamento entre as curvas de constituição do par conjugal e da constituição de domicílio autônomo.

Considerando que os jovens brasileiros tendem a trabalhar mais cedo, isso também deve ter seu peso na relação de poder intergeracional no interior do domicílio, que pode culminar na prática de contrair matrimônio ainda vivendo na casa dos pais, constituindo uma espécie de relação *simbiótica*, onde as duas gerações conviventes usufruem algumas vantagens, o que não quer dizer que não existam possíveis pontos de tensão. Por outro lado, os jovens espanhóis tendo menor inserção no mercado de trabalho marcadamente em 2001 (ver Gráfico 7) devem construir em relação a seus pais outro tipo de relação diferente da simbiótica, que classificaria de *comensal* porque se beneficia dos recursos da geração anterior, pode contar com seu apoio para atingir maiores níveis de escolaridade, mas tem muito

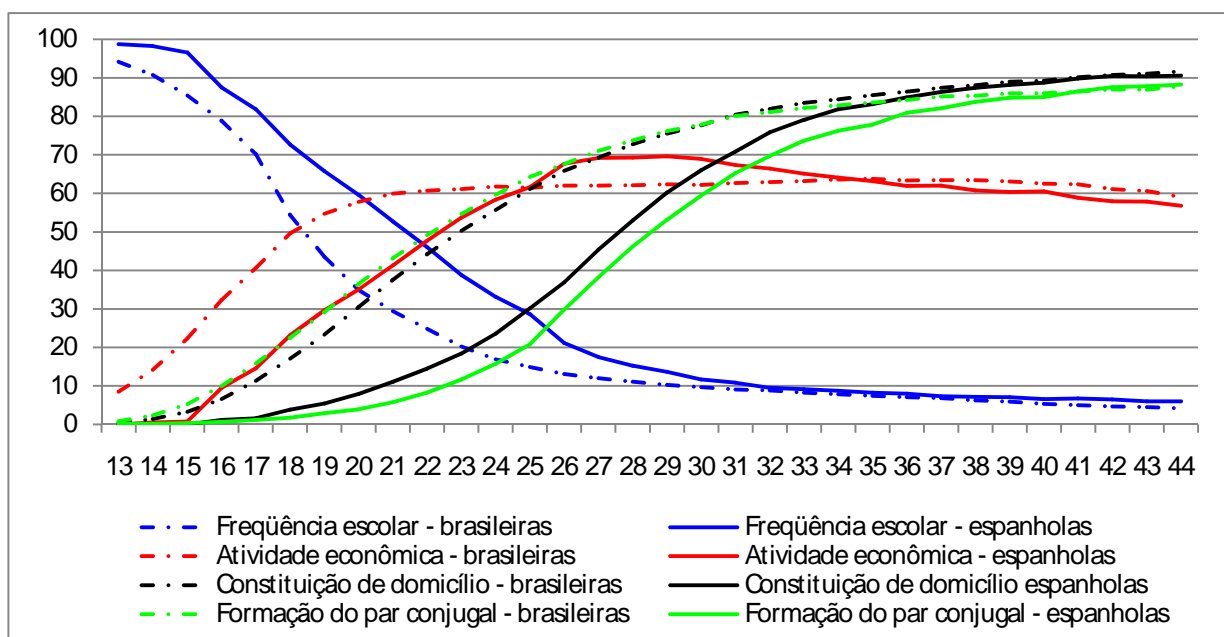
provavelmente menor poder de negociação ou barganha se comparado aos jovens brasileiros que vivem na mesma condição de ocuparem a posição de dependente no domicílio de residência.

Gráfico 8
Proporção da população feminina em diferentes eventos do ciclo de vida
Brasil (1980) e Espanha (1981)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados censitários, IBGE e INE/IPUMS.

Gráfico 9
Proporção da população feminina em diferentes eventos do ciclo de vida
Brasil (2000) e Espanha (2001)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados censitários, IBGE e INE/IPUMS.

Observações semelhantes àquelas feitas acima para os homens parecem ser válidas para as mulheres (ver Gráficos 8 e 9). Também entre elas o deslocamento produzido entre a curva referente à constituição de domicílio e formação do par conjugal entre 1981 e 2001 é mais pronunciado entre as mulheres espanholas. Tal como ocorria entre os homens espanhóis, a proporção de espanholas que formam domicílio independente supera a daquelas que se casam apenas em 2001. Para as espanholas em 1981 e para as brasileiras em 1980 e 2000, a proporção de mulheres em união supera a de mulheres que constituíram domicílio independente.

Considerações finais

Tanto no Brasil como na Espanha ocorrem mudanças substanciais no processo de transição para a vida adulta ente 1980-81 e 2000-01. Contudo, enquanto na Espanha se percebe um nítido adiamento da entrada na vida adulta, no caso brasileiro, aumentou a heterogeneidade da transição, mas sem produzir um atraso na passagem à vida adulta da população como um todo, o que não significa que segmentos específicos como os pertencentes às camadas mais favorecidas, não tenham experimentado algum atraso no adiamento.

O Brasil segue tendo um modelo de transição mais curta se comparado ao observado na Espanha. Pode-se até se dizer que no que se referem às cúspides, que sinalizam o trânsito da juventude para a fase adulta, os dois países eram relativamente mais semelhantes em 1980 do que em 2000.

Se compreendermos a padronização como conceito que dá conta da situação em que experiências se tornam universais e uniformes para uma população, o curso de vida nas primeiras idades (abaixo dos 17 anos, no caso do Brasil e dos 25 anos, no caso da Espanha) está mais padronizado em 2000 do que em 1980. Posto que os índices de entropia para essas idades se reduziram substancialmente, evidenciando que havia menos combinações de status alternativas àquela de filho-solteiro-estudante-dependente. Esta maior padronização está associada a institucionalização do ensino obrigatório e legislações que coíbem o trabalho infanto-juvenil.

No entanto, para todas as idades caracterizadas como o ápice da mudança de status e idades subseqüentes ocorre aumento do índice de entropia em 2000-01, conservando-se mais altos que em 1980-81, o que sugere a existência e convivência de muitas combinações de status alternativas para essas idades mais elevadas. Baseado nisto, pode-se dizer que, a partir dos 17 anos no Brasil (2000) e dos 25 anos na Espanha (2001), é possível que o curso de vida tenha se tornado despadronizado, por haver menor homogeneidade de combinações de status. Isso sugere que o curso de vida tem de fato se tornado mais complexo, independente de ter havido um adiamento significativo da transição para a vida adulta, como de fato ocorreu no caso espanhol, ou de continuarem tendo uma juventude relativamente curta se tomada em perspectiva internacional, como ocorre no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ARNETT, J.J. and TABER, S. (1994). "Adolescence Terminable and Interminable: When does adolescence end?" *Journal of Youth and Adolescence*, Vol. 23, nº 5.
- ARRUDA, M. R. (2004). *Prolongamento da Juventude: Opção ou falta de opção?* Rio de Janeiro: ENCE. (Dissertação de Mestrado)

- AVEREY, R.; GOLDSCHIEDER, F.; SPEARE Jr., A. (1992). "Feathered Nest/Gilded Cage: Parental Income and Leaving Home in the Transition to Adulthood". *Demography*, vol. 29, Issue 3, p. 375-388.
- BRÜCKNER, H. and MAYER, U. (2005). "De-standardization of the life course: What it might mean? And if it mean anything, whether it actually took place?" In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?* Advances in life course research, vol. 9. Minneapolis: University of Minnesota.
- CAMARANO, A. A. et al. (2003). "A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?". Boletim de Mercado de Trabalho, *Conjuntura e Análise*, n.º 21, fev.
- CAMARANO, A. A., MELLO, J. L.; KANSO, S. (2006). "Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte". In: CAMARANO, A. A. (org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA.
- CASAL, J. (1996). "Modos Emergentes de Transición a la Vida Adulta en el Umbral del Siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración". In: *Jovens em Mudança – Atas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery*, Lisboa, 2 a 4 de maio de 1996.
- COVOLAN, S. C. T. (2004). *O conceito de entropia num curso destinado ao Ensino Médio a partir de concepções prévias dos estudantes e da História da Ciência*. Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.].
- FUSSELL, E.; EVANS, A; GAUTHIER, A (2006). The Transition to Adulthood in Three Liberal Welfare Regimes: Australia, Canada and the U.S., 1970-2000. **Workshop. Becoming an Adult: an International Perspective on the Transitions to Adulthood**, Panel on Transitions to Adulthood in Developed Countries (IUSSP), Montreal, 15-17 June.
- FUSSELL, E. (2005). "Measuring the early adult life course in Mexico: an application of the entropy index". In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?* Advances in life course research, vol. 9. Minneapolis: University of Minnesota.
- _____. (2006). "Structuring the Transition to Adulthood: An Entropy Analysis of the Early Life Course in the United States, 1880 to 2000". *Meeting PAA 2006*. (Disponível para download: <http://paa2006.princeton.edu/download.aspx?submissionId=60160>)
- GARRIDO, R. y REQUENA, M. (1996). *La emancipación de los jóvenes en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales / INJUVE.
- GOLDSCHIEDER, F.; DA VANZO, J. (1985). "Living Arrangements and the Transition to Adulthood". *Demography*, vol. 22, Issue 4, p. 545-563.
- _____. (1989). "Pathways to Independent Living in Early Adulthood: Marriage, Semiautonomy and Premarital Residential Independence". *Demography*, vol. 26, Issue 4, p. 597-614.
- HARRIS, K.; FURSTENBERG, F.; MARMER, J. (1998). "Paternal Involvement with Adolescents in Intact Families: The influence of fathers over life course". *Demography*, vol. 35, Issue 2, p. 201-216.
- HILSDORF, M. L.(2003) *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- HOGAN, D. (1986). "The Transition to Adulthood". *Annual Review of Sociology*, vol. 12, p. 109-130.
- HOGAN, D.; EGGEBEEN, D.; CLOGG, C. (1993). "The Structure of Intergenerational Exchanges in American Families". *American Journal of Sociology*, vol. 98, Issue 6, p. 1428-1458.
- KUHLMANN, P. R. L. (2001). *Serviço militar, democracia e defesa nacional: razões da permanência do recrutamento no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política. São Paulo: USP.
- MACMILLAN, R. (2005). "The structure of the life course: classic issues and current controversies". In: MACMILLAN, R. (ed.). *The structure of life course: Standardized? Individualized? Differentiated?* Advances in life course research, vol. 9. Minneapolis: University of Minnesota.
- MELLO, J. L. (2005) *Transição para a vida adulta: os jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ENCE. (Dissertação de Mestrado)

- MIRET, Pau (2002) *Emancipació domiciliar, laboral i familiar. Joventut a Catalunya : un estudi sociodemogràfic i d'anàlisi del discurs*. Informe elaborat per a l'Observatori Català de La Joventut. *Mimeo*. 118 pàgines.
- MODELL, J.; FURSTENBERG, F.F. and HERSHBERG, T. (1976). "Social Change and Transitions to Adulthood in Historical Perspective". *Journal of Family and History*. 1: 7-32.
- NOGUEIRA, C. S. (2003). *Trabalho infantil e famílias em Regiões Metropolitanas brasileiras*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia. Campinas (SP): Unicamp.
- SILVA, A. M. (1983). *Educação: Terra de Ninguém*. Edições Loyola: São Paulo.
- SOBEK, M.; RUGGLES, R., McCAA, et. al. (2002) *Integrated Public Use Microdata Series-International*: Preliminary Version 1.0. Minneapolis: Minnesota Population Center, University of Minnesota.
- SPOSITO, M. P.(1984). *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola.
- THEIL, H. (1972). *Statistical Decomposition Analysis: with Applications in the Social and Administrative Sciences*. Amsterdam/London: North-Holland Publishing Company.
- WEREBE, M. J. (1970). *Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- ZALUAR, A. (2006). "Juventude, Saúde e Segurança Pública no País". **Estudos e Pesquisas** nº 148. XVIII Fórum Nacional. Por que o Brasil não é um país de alto crescimento? (fora do desenvolvimento não há salvação), 15 a 18 de maio de 2006. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE).